

# Notícias de Barcellos

Director e Proprietário—João Batista da Silva Corrêa

Redacção e Administração

LARGO JOSÉ NOVAIS N.º 8  
BARCELLOS

EDITOR—ANIBAL BELEZA FERRAZ

PUBLICA-SE A'S QUINTAS-FEIRAS

Composição e Impressão

TIPOGRAFIA MARINHO  
Telefone 123—BARCELLOS

## O sr. Presidente do Conselho na Assembléia Nacional e na Câmara Corporativa

Sr. presidente, minhas sephoras e meus senhores:—Estão quasi a terminar, segundo creio, os trabalhos da actual sessão legislativa, e seria para mim motivo de grande pesar não ter antes disso qualquer oportunidade de em meu nome e em nome do Governo agradecer tôda a colaboração prestada e congratular-me com V. Ex.ª pela inteligência e pela elevação com que a Assembléia Nacional exerceu as suas funções.

Ninguém poderá dizer que esta sessão legislativa, como aliás a precedente, foi estéril ou inútil, pois além das discussões suscitadas à volta de importantes problemas de administração pública, ficarão destes trabalhos alguns grandes documentos da nossa história legislativa.

Agradeço, repito, a vossa amiga, sincera e lealíssima colaboração: agradeço-a aos que entenderam dever concordar com as propostas do Governo; agradeço-a igualmente aos que uma vez ou outra manifestaram a sua discordância. O Governo não pretende ser infalível, mas apenas servir o interesse nacional, e por isso estima que sobre os maiores e mais difíceis problemas incida sempre a luz de uma larga discussão e as melhores soluções se encontrem pela concordância de todos os nossos esforços.

O sr. presidente da Assembléia Nacional referiu-se ontem, no almôço de confraternização dos deputados e procuradores da Câmara Corporativa, a uma tal ou qual irregularidade verificada na marcha dos trabalhos da Assembléia Nacional. Não me admiro que assim tenha acontecido. Nós estamos ainda presos a um princípio de absoluto sincronismo das duas Câmaras; e enquanto nos não desprender-

### Afirmações do Chefe do Governo:

#### Sobre a actualidade política:

«Há alguns anos já que a nossa politica deixou felizmente de ser o simples reflexo de dois ou três outros países. A experiência feita tem demonstrado que a hora não é das direitas nem é das esquerdas: a hora é de quem sabe o que quer e quer na verdade realizar o seu ideal político».

#### Sobre o problema colonial:

«... Ou se trata de formulas juridicas e é preciso ter razão; ou se trata de outras e é preciso ter força. Creio bem que uma e outra nos não faltarão no momento preciso».

*No seu importante discurso, que a seguir publicamos, o sr. Doutor Oliveira Salazar fez elogiosas referências aos trabalhos da Assembléia Nacional e da Câmara Corporativa e indicou as possibilidades de se efectuarem modificações no funcionamento daqueles organismos; pôs em evidência o facto da estabilidade da situação politica portuguesa em face da instabilidade politica de outros países; e abordou os principais problemas de politica internacional, do momento,—a paz, o conflito italo-etiope e as colónias.*

mos dele, é fatal ser mais aliviada a primeira parte da sessão legislativa e mais sobrecarregada a difícil a segunda. Quere dizer, não atingimos ainda neste ponto a perfeição. Isso me leva a encarar o problema da competência da Assembléia nas suas relações com o princípio constitucional que fixa a duração improrrogável de cada sessão legislativa.

Nós compreendemos que, considerada a Assembléia Nacional como órgão de representação e fiscalização popular, como intérprete das queixas, reclamações e deficiências dos serviços e do público, se lhe possa fixar um período certo e sempre o mesmo para a sua actividade. Mas seria desconhecer as exigências da função legislativa supor que facilmente esta po-

deria ser delimitada pelo mesmo prazo. Se há problemas estudados com grande antecedência e cuja solução pode aguardar a abertura dos trabalhos da Assembléia, há também muitas questões que circunstâncias de momento fazem inesperadamente surgir e exigem a actividade de um órgão legislativo. Pode dizer-se que o problema está resolvido pela competência praticamente ilimitada do Governo para fazer decretos-leis e este a tem exercido mesmo durante o funcionamento da Assembléia, sobretudo em questões de pormenor e que não interessam fundamentalmente à grande orientação ideológica do Estado Novo. E' todavia certo que não podendo o Governo dominar inteiramente as exigências de ordem legislativa, nem surgindo estas forçosamente durante o período das sessões, há que considerar se não seria preferível à actual doutrina constitucional, preceito mais elástico que permitisse ao Governo convocar a Assembléia para apreciação dos grandes problemas com prejuizo do período fixo de trabalho.

Mesmo sem esta modificação, creio que a faculdade já hoje existente de sujeitar ao estudo da Câmara Corporativa propostas ou projectos de lei, no interregno das sessões parlamentares, nos permitirá afinar suficientemente as instituições de modo que seja de futuro mais bem distribuído por tôda a sessão legislativa o trabalho da Assembléia.

Vão, pois, V. Ex.ª acabar dentro de pouco os seus trabalhos, mas nem por isso vão, segundo creio, desprender-se inteiramente da sua qualidade de deputados e deixar de prestar ao Governo a colaboração de que ele necessita e de que não poderia prescindir da parte do escol político que estamos cuidadosamente formando. Todos, embora não no mesmo lugar, estamos combatendo o bom combate e quanto maiores forem as dificuldades, e são grandes as deste momento, maior deve ser a nossa coesão e mais intensos os nossos esforços.

Lembro-me de que no meu único dia de deputado se debruçou em certa altura sobre a minha carteira um dos homens que neste País ascenderam às mais altas situações; pertencia à maioria da Câmara e esta era conservadora. Esse chefe político que daí a poucos meses veio a ter uma morte horrorosamente trágica, disse-me, com ar de desânimo: «Nada poderemos fazer. Em França as eleições acabam de desfavorecer os conservadores. A hora é das esquerdas».

Nunca mais se me varreu da memória essa tristíssima impressão, de um governante com maioria na Câmara se sentir moralmente abatido só porque fôra de certa tendência o resultado eleitoral num país estrangeiro.

Há alguns anos já que a nossa politica deixou felizmente de ser o simples reflexo de dois ou três outros países. A experiência feita tem demonstrado que a hora não é das direitas nem é das esquerdas: a hora é de quem sabe o que quer e quer na verdade realizar o seu ideal político.

Enquanto fomos traçando o nosso caminho houve muitas eleições com vitórias das direitas e das esquerdas, houve muitos movimentos revolucionários mais ou menos profundos e mais ou menos extensos, e nada disso pôde desviar-nos das nossas concepções e da firme e serena realização dos nossos princípios.

Não digo que não tenha de haver cuidados especiais e que os factos desenrolados à nossa volta nos não causem preocupações, sobretudo se algum país se esquecer do que deve à correcção internacional. Nada disso porém pode ter qualquer influência na nossa acção, porque o nosso futuro não depende senão de nós, querê dizer da visão que tivermos dos problemas nacionais e da nossa força de vontade para servirmos o interesse da Nação. Numa palavra: *a hora é ainda e sempre nossa!*

Não são doces nem tranquilos os momentos que vivemos. E' fácil desordenar no horizonte internacional duas ou três grandes questões—e uma só delas seria bastante para nos preocupar: a questão da paz, o conflito italo-etiope e a questão colonial.

Entregou-se com optimismo e confiança a manutenção da paz a S. D. N. Não quer de modo algum diminuir os serviços deste organismo internacional, mas a verdade é que tem havido guerras fóra da Sociedade, e guerras dentro da S. D. N. Os seus esforços não são por consequência totalmente eficientes, porque se vê não poder evitar a guerra, nem pôr-lhe termo depois de começada. E eu não sei se os mil acórdos que se estão fazendo «no quadro da S. D. N.», segundo a expressão consagrada, querem dizer no fundo refôrço ou desconfiança da sua acção.

Genebra como organismo de defesa colectiva não pode considerar-se em condições de dispensar todos os outros meios de assegurar a paz. Se

## NOTAS DE LISBOA

17 DE FEVEREIRO

Publicaram-se há dias os estatutos da *Obra das Mães pela Educação Nacional*, «associação de utilidade pública, cuja personalidade jurídica se destina a estimular a acção educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição.»

A educação dos filhos pertence de direito à família, aos pais, e, nela, tem primacial papel a mãe. Mas a educação completa-se na escola, porque é na escola com função educativa, como o Estado Novo a quer, que a educação atinge a preparação idónea dos individuos uteis à Pátria. Embora meios diferentes, a família e a escola integram-se na função educativa nacional, esta acompanhando e desenvolvendo a acção daquela. Ora, entre a família e a escola está a associação das mães portuguesas, fundada pelo Estado Novo, como consequência da reforma do Ministério da Educação Nacional, para que a família e a escola trabalhem em unísono, na cruzada de renovação portuguesa, com base na moral cristã, única moral humana, para nós, identi-

ficada com as tradições da Nação.

Praza a Deus, portanto, que as mães portuguesas abracem inteligentemente, nobremente o pensamento do Estado Novo, que assim publicamente lhes reconhece a função eminentemente social de mãe.

Foi, há seis dias, entregue solenemente ao Governo o contra-torpedeiro *Douro*, o último barco da primeira fase do programa naval. Em cinco anos, a partir de 1930, através duma crise económica atormentadora, construíram-se, com o nosso dinheiro, 14 navios novos, modernos, que honram o Estado Novo. Do «zero naval», que acabrunhava a nossa Marinha de Guerra, surge esta munida de barcos que devem constituir o seu enlêvo de marinheiros briosos. E tudo se deve ao pulso de Salazar, restaurador de finanças públicas, vigilante ecónomo do Estado e vivificador das energias da Nação.

Continua na 4.ª pagina



# ECOS & COMENTARIOS

## DE TODA A PARTE

### Fazendo a Calles o que

#### Calles fez á Igreja...

Isto o que vai lêr-se, vem num importante diário da capital:

Dizem da cidade do México que uma multidão de cêrca de duzentas mulheres e rapazes invadiu uma granja —vacaria pertencente a Plutarco Calles, em Santa Bárbara, a 30 quilómetros da capital, e dela tomaram posse, dizendo que a iam transformar num refúgio para mulheres trabalhadoras.

A granja está avaliada em 800.000 pesos.

Calles, em entrevista dada á *United Press*, declarou que aquela multidão de desvairados os capitaniava um comunista e três mestres-escola das aldeias próximas.

«E protestava perante aquêlo acto de puro comunismo».

A terrível lógica dos discípulos de certos mestres!

Não ensinou Calles ao povo a expoliar a Igreja e os católicos dos seus bens, para cevar seus ódios e, ao que parece também, para aumentar a sua fortuna ao montante que hoje tem?

Coisa diferente disto?

É diferente o pretexto? O pretexto não interessa ao povo desvairado; na hora em que se resolve a mostrar aos tiranos que aprender a lição dada, qualquer pretexto lhe serve, ou até nenhum.

### Batalha de Verdun

Passou no dia 21 o vigéssimo aniversário da memorável batalha de Verdun, em que ficaram vitoriosas as tropas aliadas. Foi, a batalha de Verdun, um dos mais encarniçados combates da grande luta militar, entre a França e a Alemanha, como todos se recordam.

#### A Vaca Divina

Reproduzimos do «Apostolo da Juventude» esta curiosa informação:

Talvez nem todos os nossos leitores saibam que a vaca na Índia é sagrada, mesmo divina. O seu próprio estêrco é sagrado, e o Brãmanc, guarda do templo, costuma dar aos devotos um pouco dêsse estêrco reduzido a cinza que êles recebem e usam com todo o respeito. Dêle se servem os brãmancs para traçarem na testa ou nos braços os sinais rituais da casta, e como sinal de que estão sob a protecção de Deus. Fazem ainda outros usos dêle mas que não se devem passar ao papel...

O seguinte facto mostra bem o respeito dos índios pela vaca. Um dia um oficial inglês arreliado com os estragos que lhe fazia uma manada de vacas, lembrou-se de lhe dar caça, e com tão pouca sorte que matou uma delas.

Que fizeste tu?! Foi tal o clamor que se levantou que o caso foi levado até ao Parlamento indiano. O minis-

### Um acto louvavel

Sob o titulo «Desemprego», a «Ordem», do Porto, dizia:

Lêmos, há dias, uma noticia de S. Manços «Alentejo» na qual se referia o facto de os proprietários, a convite do respectivo Presidente da Junta, terem resolvido, para atenuar a crise de trabalho admitir ao trabalho os desempregados mais necessitados, dando-lhes em troca «gêneros alimentícios» correspondendo «a uma jorna de seis escudos».

A iniciativa, inteligente e oportuna, poderá merecer imitação pelas aldeias dêsse Portugal além, onde é esmagadora a crise tanto para o trabalhador como para o proprietário que, sendo rico... está sem dinheiro.

tro respondeu que tendo o official pedido já a demissão não havia razão para se tomar outra medida...

Mas, afinal, não é novo o culto que prestam á vaca; também no Egito adoraram o boi Apis, e os hebreus a-pesar-de conhecerem o verdadeiro Deus também adoraram o bezerro de ouro no deserto... As cebolas ainda valiam menos e também tinham os seus adoradores.

São desvarios da pobre humanidade que levam muito tempo a corrigir, e só chegaremos a isso com a luz divina do Evangelho.

### Um que os conhece

Sob este titulo, as «Novidades» inseriram, sobre os resultados das últimas eleições espanholas, esta opinião do bem conhecido catedrático sr. Unamuno:

Entrevistado pela Agência Fabra, Unamuno—proclamado já em Espanha como o génio da raça, tal qual como entre nós, um dia longínquo, Teófilo Braga—teve estas afirmações:

«E' lamentavel e inquietante a attitude da geração que se está formando, a dos menores de 23 anos, que não sabem nada nem de nada se importam, querendo levar tudo pela violência e pelo protesto. Se não se aquietam as paixões que nos dividem, vamos para uma guerra civil. Ha quem diga que este Parlamento será o ultimo; pode muito bem ser. Não ha perigo monárquico. No caso de haver alguma coisa, caíamos numa ditadura á italiana ou no regime á portuguesa.»

Ditadura do proletariado? Essa é absurda. Que tem ela que ditar e que sabe ela de marxismo?»

Ou nos enganamos muito ou o génio do sr. Unamuno passa a não valer uma perra gorda para os da grei.

nos fosse licito fazer uma comparação com a manutenção da ordem interna dos Estados, haveríamos de notar esta incongruência: aqui a autoridade arma-se e desarma os particulares; ali os Estados armam-se e a Sociedade é desarmada. A mobilização por esta de forças suficientes que pertencem aos vários Estados é problema que consideramos ainda muito longe de uma solução razoável, pela posição divergente que poderiam tomar no momento decisivo os interesses em jogo da sociedade internacional.

E assim vemos estabelecer-se e crescer sobre os pacifistas da hora presente a febre dos maiores poderes militares e navais. Impellido pelas mesmas necessidades o Governo estudou com largueza e o cuidado que lhe foi possível ainda há poucos dias as questões relativas ao rearmamento do Exército e á execução do programa naval.

Temos estado em Genebra e no Conselho da S. D. N. A nossa attitude de relêvo, devida ao crédito da obra realizada e ao prestigio dos nossos representantes, tem-nos importado a acuação de pouco conciliadores e intransigentes sancionistas contra um país amigo. A história demonstrará o contrário, e se por um lado cumprimos com seriedade as resoluções tomadas em harmonia com o pacto da S. D. N., temos a consciência de ter sido sempre elementos ponderados de concórdia, empregando todos os nossos esforços por uma solução conciliatória. Nem de outra forma podíamos proceder estando em causa um país com o qual temos mantido ininterruptas relações de boa amizade e para o qual vão, por tantas afinidades políticas e mentais, a nossa admiração e simpatia.

A questão colonial está na ordem do dia: os homens que lhe dedicam os seus estudos ou se sentem dominados pelas grandes preocupações ligadas aos domínios coloniais estão lançando com as suas idéias ou propostas a intranquilidade no seio de várias nações.

Temos visto circular a idéia de

atribuir todas as colónias á S. D. N. para serem directamente administradas ou sob a forma de mandatos pelos mesmos países que as administram agora ou por outros que as pretendem obter. Temos visto circular a idéia da restituição das colónias aos países despossados delas ou uma nova distribuição de mandatos coloniais. Vemos agora envolta ainda em indecisas

brumas a ultima modalidade da livre atribuição de matérias primas coloniais. Sabe porventura alguém com precisão o que isso seja?

Parece que há poucos dias numa capital europeia, em «chá» oferecido aos jornalistas por uma alta personalidade política, alguém lhe perguntava o que significava aquela fórmula, e diz-se que o interpellado espirituosa-

mente respondeu: «Vous savez que jesuits très peu intelligen et c'este pourquoi je ne la comprends pas».

Temos verificado nos ullimos anos deixar-se a Europa suggestionar e correr pressurosa, atrás de fantasias de que primeiro se espera tudo e de que depois não resulta nada. Locarno, Stresa, Estados Unidos da Europa, Conferência Económica de Londres,

# DOIS SONETOS

POR ANTONIO CORRÊA D'OLIVEIRA

I

(Do Poema «Elogio da Catequese—Congresso Catequístico—Braga—Junho, 1932».)

Ó linda Morgadinha, requestada  
E cheia de braços e de riqueza,  
Mas que sentas o pobre á tua mesa  
E ajeitas a roupinha da entrevada!

Ó fina e piedosa Namorada  
Dos Anjos que já falam na beleza  
Que trazes n'alma á Virgem da Pureza  
De quem herdastes as graças de afilhada:

Bemidita sejas!—Quanto bem fizeste,  
Sendo o mais belo as almas que acendeste  
Na Fé, na Esp'rança, na Oração em luz...

—Ensinai Deus?—Eis a maior esmola,  
Emquanto em Portugal houver, na Escola  
Verbos sem Verbo e contas sem Jesus.

1. Fevereiro, 1936—Bellinho.

II

(A leitura do Projecto de lei que restabelece a Doutrina Cristã em todas as Escolas).

E Cristo volta a Portugal. Outrora,  
Êle era quem chamava as criancinhas;  
Hoje, são elas,—boas andorinhas!—  
Voltando ao ninho no beiral da aurora.

Volta. No entanto... O mundo é outro: agora,  
De entre os casais, os roseirais e as vinhas,  
Quem chamava por Êle? As criancinhas.  
—E Cristo volta, Portugal em fóra.

Volta, qual volta o sol, e a seiva, e a flor  
Do campo e maio eterno, ao derredor  
De temporal jardim que passe ou fique.

Cristo voltou, voltou... É qual se fôsse  
(Inda outra vez!) mais português, mais doce,  
O divino Sinal dum Novo Ourique.

António Corrêa de Oliveira



## A lei do divórcio

O illustre deputado sr. dr. Cunha Gonçalves, figura de relevo no foro portuguez, pois que é advogado muito distinto em Lisboa, apresentou á Assembléa Nacional, no ultimo sabado, um projecto de lei que reforma e modifica a lei do divórcio em vigor, que vai ser estudado pela Camara Corporativa para ser discutido na proxima sessão parlamentar.

Por esse projecto são restringidos os casos em que pode ser requerido e decretado o divórcio.

O sr. dr. Cunha Gonçalves justificou perante a Assembléa Nacional o seu projecto de lei e teve estas afirmações que destacamos:

«Pelo n.º 5 do art 14 da Constituição compete ao Estado defender a familia e tomar todas as providencias no sentido de evitar a corrupção dos costumes. Um dos mais fortes elementos dessa corrupção é a lei do divórcio, não pelo divórcio em si, mas pelas facilidades que dá.»

Depois:

«Como catolico, sou contra o divórcio, mas o país não se compõe só de catolicos; como deputado e juiz-consulto, não sou pela abolição, porque só se divorcia quem quer, e os catolicos que o fazem mostram que poem as suas paixões acima da sua fé.»

Afirmações nobres, as que aqui ficam reproduzidas.

## DR. OLIVEIRA SALAZAR

O prestigioso presidente do Governo do Estado Novo, sr. Dr. Oliveira Salazar, quiz prestar á Assembléa Nacional a homenagem do agradecimento do Governo, pela boa, leal e patriótica colaboração que todos os seus componentes tem dado á obra de renovação politica, social e economica e moral,—que tem sido a destes ultimos anos.

Visitando na ultima sexta-feira as duas Camaras—a Assembléa Nacional e a Camara Corporativa,—S. ex.ª pro. duziu, perante os srs. Deputados, o magnifico discurso que em lugar merecido reproduzimos do «Diário da Manhã» e que constitue, em afirmações patrióticas e afirmações politicas, um trabalho cujo valor tem de ser considerado.

Para ele chamamos a atenção dos nossos leitores, pois que bem merece leitura e meditação.

não são já esperanças, são cemitérios. E ninguem nos diz que muitos não correm agora também atrás de ilusões.

Nós affligimo-hos por vezes demasiadamente sem razão. Na questão dos mandatos não estamos mesmo directamente em causa: não temos quaisquer mandatos e depois do tratado de Versalhes só recebemos Kionga a titulo de restituição de territórios nossos de que abusivamente havíamos sido despossados.

No meio do desassossego geral é bem provável que venha a haver campanhas de Imprensa, discursos ameaçadores, longos artigos de jornais ou de revistas e depois disso é também provável que não haja nada de contrário ou se trata de fórmulas juridicas e é preciso ter razão, ou se trata de outras e é preciso ter força. Creio bem que uma e outra nos não faltarão no momento preciso.

Mas, senhor Presidente, reconheço que estou absolutamente fora da ordem e receio ser chamado a ella. Termino portanto reiterando os meus melhores agradecimentos e congratulando-me em nome do Governo com a vossa valiosissima colaboração.

# Algumas cifras

A nota officisa do Ministério das Finanças vinda a lume em 16 de Janeiro constitui mais um documento de vontade do Governo de esclarecer a opinião pública sobre os aspectos essenciais da sua acção e de não consentir as explicações duma intriga fácil á roda das suas intenções e dos factos por que elas se exprimem praticamente.

As avaliações da propriedade urbana a que se procedeu em todo o país de acordo com as determinações do decreto número 25.502, dando lugar á organização de matrizes inteiramente novas obrigaram a uma completa remodelação da contribuição que sobre ella incide.

Tanto bastou para que, por toda parte, apparecesse gente a protestar, afirmando que os proprietários urbanos ficavam grandemente prejudicados com as taxas applicáveis.

Nem sequer se atentou no que representava essa realização de justiça tributária a inclusão nas matrizes de 292 mil prédios omissos até então e a rectificação de um número imenso de duplicação.

Só se viram os números em globo e esses mesmo por uma forma grosseira e ininteligente.

Porque, meditados como deveriam ser, avultaria a sem razão dos brados que, da direita e da esquerda, de todos os lados, se ergueram contra a reforma da contribuição predial a que acaba de se proceder com louvável vontade de acertar.

Nas matrizes de 1934-35 figuravam como tributáveis prédios com um rendimento colectável de 360 mil contos.

Applicada a este rendimento global a taxa de 20% obtinham-se, como produto da contribuição 72 mil contos.

Nas novas matrizes figuram rendimentos tributáveis no montante de 853 mil contos.

Applicando-se-lhes a nova taxa de 10,5% obtém-se uma contribuição de 89 mil contos.

Fazendo entrar em linha de con-

ta o abatimento de 50%, consentido nos últimos anos os 72 e os 89 mil contos, ficam respectivamente reduzidos a 68,4 e 84,5 mil contos que é efectivamente o que o Estado arrecada.

Quer dizer que das novas matrizes e da nova taxa resulta um aumento de cerca de 16 mil contos na produtividade da contribuição predial.

Mas deve notar-se que destes 16 mil contos nada menos de 6.920 preveem dos prédios que se encontravam omissos nas matrizes anteriores e que têm um rendimento colectável de 69.387 contos.

O que significa que o aumento, em relação aos prédios que se encontravam já inscritos se reduz efectivamente a uns 9 mil contos.

Mas é preciso atender a que são de esperar ainda numerosas reclamações contra avaliações excessivas e duplicações de imposto que darão lugar a muitas e muitas anulações e correções que virão diminuir a produtividade da contribuição, podendo bem admitir-se que atinjam essa margem disponível de 9 mil contos e sendo legitimo supôr que o beneficio do Estado se resumirá aos 7 mil contos provenientes dos prédios omissos que vieram enriquecer a matéria tributária.

E a taxa applicada não parece excessiva: a propriedade rústica paga 14,5%, a indústria 15 e a taxa de imposto sobre a applicação de capitais é de 14 por cento.

Mas ainda mesmo que os prédios já inscritos nas matrizes anteriores pagassem efectivamente mais 9 mil contos não deveria deixar de se ter em atenção a parte da contribuição que os senhores passam a cobrar dos inquilinos e que, muito embora não tenhamos números que permitam concretamente estimá-la, fatalmente ascende a muito maior quantia.

Assim, não sofre duvida, que a revisão das matrizes deu lugar a um efectivo desagravamento dos encargos da propriedade urbana.

## Assistencia publica

Podemos saber que no mez de Janeiro passado, a administração da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco distribuiu nada menos do que 5.995 refeições a pobres indigentes desta cidade, de Barcelinhos, de S. Martinho, de Arcozelo, de S. Verissimo e de Alvelos,—ás crianças indigentes das Creches D. Antonio Barroso e ás que frequentam o Patronato das Raparigas Pobres, constituídas, essas refeições, por sopa e pão de milho e centeio.

A distribuição refere-se a:

Protegidos da Sopa dos Pobres — 2.479.

A pobres de passagem—386

A Raparigas do Patronato—553

A crianças das Creches (meninas) —957.

A crianças das Creches (meninos) —1.620.

Total das refeições—5.995.

Muita gente desconhece, seguramente, a importancia da obra de assistência a cargo da administração da Ordem Terceira—e quanto bem, portanto, fazem, á pobreza, a Sopa dos Pobre e Pão de Santo Antonio, as Creches D. Antonio Barroso e o Patronato das Raparigas Pobres.

Por aquele apontamento que colhemos, já podem todos avaliar da extensão dos beneficios que se distribuem no edificio onde funciona o Recolhimento e Asilo do Menino Deus, os serviços que aos pobres prestam as irmãs Franciscanas Missionarias de Maria—e o zelo da administração da Ordem Terceira.

Protejam aquelas obras—por Caridade e Amor do proximo.

## Se aprecia

uma chavena de Chá ou Café, compre-o ou tome-o n' A BRASILEIRA

CAMPO DA FEIRA 35

## CONTAS PÚBLICAS

Foi de 445.968.747\$43 o excesso de receitas sobre as despesas orçamentais, de 1 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1935.

Movimento em dinheiro nos cofres públicos e no Banco de Portugal e suas agências, como Caixa Geral do Tezouro, no período decorrido de 1 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1935: ENTRADA 1934-Julho 1 Saldo do ano anterior: Nas tezurarias e outros cofres, 44.045.049\$42. Na sede do Banco de Portugal e suas agências, Escudos 107.873.719\$91. Total 151.918.769\$33. 1935—Novembro 31—Receitas orçamentais arrecadadas, 2.991.250.225\$53. Operações de tezuraria, 4.185.546.831\$80. Transf. de fundos, 1.206.069.117\$02. Total 5.391.615.948\$91. Total geral, 8.534.784.943\$77.

SAÍDA—1935 Novembro 30 Fundos saídos: Para despesas públicas orçamentais, Escudos 2.445.280.478\$10. Para despesas que tem como receita compensadora o saldo do ano economico de 1931-1932, 4.369.502\$51. Idem, idem, 1932-1933, 14.707.693\$65. Idem, idem, 1933-1934, 23.333.333\$20. Operações de tezuraria, 4.127.781.498\$59. Transf. de fundos, 1.227.053.678\$48. Total, 5.354.835.177\$07. Saldo que passa ao mês seguinte: Nas tezurarias e outros cofres, 69.951.518\$14. Na sede do Banco de Portugal e suas agências, 522.307.251\$10. Total, 592.258.759\$24. Total geral, Escudos 8.534.784.943\$77. Excesso das receitas sobre as despesas orçamentais, 445.969.747\$43.

## TRABALHOS GRAFICOS

Executam-se com perfeição na

## TIPOGRAFIA DESTA JORNAL

## Congresso das Misericórdias

Vai realizar-se em Braga, nos dias 24, 25, 26 e 27 de Maio proximo, o IV Congresso das beneméritas instituições portuguezas, conhecidas por Misericórdias, que a Rainha D. Leonor fundou.

Não podemos deixar de registar desde já esse acontecimento para a vida das santas instituições de Caridade, pois que ellas são, no nosso país, as agasalhadoras de muitas misérias e ao serviço delas tem estado das mais altas figuras do meio social.

Quantos desprotegidos é abandonados da sorte temem passado pelos leitos hospitalares, a receber das mãos da Caridade aquele conforto moral e material que é sempre remédio de cura—da alma e do corpo...

A Comissão Executiva do Congresso, a que preside o sr. dr. João Caetano da Fonseca Lima, já começou os trabalhos de organização e já está recebendo a adesão das instituições interessadas.

Este número foi visado pela

Comissão de Censura

## RAINHA SANTA IZABEL

Passa no corrente ano o sexto centenário da morte da Rainha Santa Isabel, padroeira de Coimbra, aonde vão realizar-se importantes festas nacionais, que começarão no dia 2 de Julho.

Como se sabe, encontra-se no convento de Santa Clara, em Coimbra, o corpo incorrupto da mais santa das rainhas de Portugal, cuja acção caritativa e de piedade cristã todos conhecem pela História.

## Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

### PORTO

Recebemos desta Comissão a seguinte nota:

A fiscalização da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes apreendeu esta madrugada, no Concelho de Castelo de Paiva, 3 caminhetas que transportavam 20 cascos com vinho estranho á região e que se destinavam aos Concelhos de Barcelos, Gondomar e Valongo.

Porto, 14 de Fevereiro de 1936.



CASAMENTOS

No domingo, 16 na Igreja de N.ª S.ª da Conceição da cidade do Porto, realisou-se o casamento da ex.ª sr.ª D. Maria Amelia de Araujo Passos de Sousa Barros, filha da ex.ª sr.ª D. Maria Armandina de Araujo Passos de Sousa Barros e do sr. Francisco de Sousa Barros, já falecido com o sr. Delfim Pereira dos Santos.

A noiva é uma prendada senhora natural desta cidade e residente no Porto onde foi educada, tendo sido uma laureada aluna do Conservatorio onde fez o seu curso de piano.

O noivo, um cavalheiro que se impõe pela sua honestidade e educação, é empregado superior da importante casa comercial Silva, Ferreira & Soares, da mesma cidade.

Foram padrinhos da noiva seus tios ex.ª sr.ª D. Bernardina Barros de Oliveira Basto e o sr. Manuej Augusto de Araujo Passos e do noivo o sr. Armandino Fernandes Costa Mendes e ex.ª Esposa.

Na corbeilhe dos noivos viam-se artisticas e valiosas prendas.

Na casa do abastado capitalista sr. José de Oliveira Basto e ex.ª Esposa, tios da noiva, foi servido um delicado copo de água aos noivos e convidados.

Na Igreja Matriz desta cidade realisaram o seu casamento, no dia 17 sr.ª D. Emilia Miranda da Silva com o sr. Manuel Pacheco Carvalho, ambos desta cidade.

No dia 19 na mesma Igreja tambem realizaram o seu casamento o sr. Fernando Alves de Sousa com a sr.ª Felisbela Gonçalves Igreja, ambos da freguesia de Barqueiros

Que em todos estes novos lares que acabam de se constituir, reine sempre a santa paz de Jesus é o que a todos desejamos.

**DR. ADÉLIO MARINHO**  
 Consultorio e Residencia  
 Rua Dom Antonio Barroso, 141  
 Telefone 28

**Recolhimento do Menino Deus**  
 Donativos:  
 Pela Redacção de «O BARCELENSE», foram entregues 120\$00.  
 Sendo para o Recolhimento Asilo do Menino Deus . . . . . 70\$00  
 Para a Sopa dos Pobres . . . 25\$00  
 Para as Creches D. Antonio Barroso . . . . . 25\$00

**Código Administrativo**  
 A Assembleia Nacional concluiu, na passada sexta feira, a discussão das Bases do novo Código Administrativo, que foram aprovadas com pequenas alterações—umas indicadas pela Camara Corporativa, e outras sugeridas pela discussão.

**Sessão legislativa**  
 Com a reunião da tarde do ultimo sabado, foi encerrada a segunda sessão legislativa, deixando, por isso, de funcionar até Novembro proximo a Assembleia Nacional. Parece, porem, que a Camara Corporativa terá trabalhos por secções durante o interregno parlamentar, como se depreende do discurso que foi proferido pelo illustre presidente de Conselho de Ministros, que em outro lugar publicamos.

**A reforma do ministério da Instrução**

O sr. dr. Carneiro Pacheco, illustre ministro da Instrução, acaba de prestar um inestimável serviço ao país, enviando á Assembleia Nacional a reforma do ministério, que ora dirige, encaminhando o ensino em novos moldes, dando-lhe um sentido mais alto, mais claramente nacionalista.

Ele é certo que se há problema que o Estado Novo não tem descurado esse é precisamente o da Instrução. Muito se tem feito, imenso se tem realizado, neste importante aspecto da vida nacional desde 28 de Maio. E, sempre que entre nós se tizer referência justa ao que tem sido a obra, neste capitulo, levada a cabo, há que não esquecer a acção do sr. dr. Gustavo Ramos que soube iniciar a remodelação que agora, tão patrioticamente, o sr. dr. Carneiro Pacheco pôde realizar.

Todavia não estava feito tudo, havia ainda que conseguir o resto e essa obra meritória sube efectua-la com a sua reforma este illustre homem publico.

Não é raro ouvir-se dizer que nós sofremos os males extraordinários da falta duma mentalidade que disciplinada, possa compreender o grande papel renovador da Revolução e, mais do que isso, possa servir os seus patrióticos e alevantados designios. E não é raro, tambem escutar-se o clamor de que cumpré á escola essa verdadeira formação dos novos caracteres, essa obra de reconstrução que ha-de projectar-se, notavelmente em toda a vida nacional. Havia, pois, o anseio natural por uma acção que de ha muito se vinha reclamando, por uma obra que, de ha imenso, se vinha tornando urgente.

O sr. dr. Carneiro Pacheco sentiu

esse anseio verdadeiro de todo o país e foi ao seu encontro.

A sua reforma do ministério da Instrução Publica é de facto uma das maiores entre quantas se tem feito em Portugal.

Dando ao ensino novas directrizes, o sr. ministro da Instrução integrou a escola, desde os primeiros aos ultimos graus, neste movimento de renovação que se vem manifestando em todo o país, desde 28 de Maio.

Pôs-se cõbro a erros que de longe vinham, que de ha muito clamavam emenda e, principalmente, deu-se á escola o comando unico tão necessário, baseado na mais sã moral, no mais equilibrado sentido de pedagogia. Evitou-se a acção nefasta, quasi comungante que em certos sectores do nosso ensino se vinha desenvolvendo porque, principalmente, houve a coragem desassomburada de dar combate á má doutrina de expurgar de vez, tudo que era mentira, ainda que mentira desde longo tempo enquistada nos nossos costumes.

Moral só ha uma que possa servir-nos, a cristã. E foi baseada nos seus ensinamentos, nos seus preceitos, que o sr. ministro da Instrução talhou toda a sua reforma.

Por isso razão teve o sr. dr. Carneiro Pacheco quando propôs que o seu ministério passasse a denominar-se, ministério da Educação Nacional. Ai de nós se pensassemos apenas na instrução, no sentido materialista, sem preocupações de educação. Ai de nós se não soubessemos dar á escola horizontes mais amplos, caminhos largos. Seria negarmos todo o nosso passado, todo o nosso esforço de povo civilizado. Seria regressarmos á barbarie a que o Estado Novo profundamente nacionalista, profundamente português e cristão se opõe.

SOCIEDADE

**Aniversários**  
 Fizeram anos:  
 —No dia 13 a sr.ª D. Ludovina dos Prazeres Coelho Gonçalves Magalhães.  
 No dia 14 a sr.ª D. Elvira Regina do Couto Abreu Novais.  
 No dia 15 o sr. José das Neves Ribeiro de Magalhães.  
 No dia 17 a sr.ª D. Ermelinda Amélia de Miranda Aviz e o sr. Francisco Joaquim de Oliveira Brandão.  
 No dia 18 a sr.ª D. Maria da Glória Vieira Duarte e os srs. Dr. Gonçalo de Araújo e Licínio Ferrá Esteves.  
 No dia 19 a sr.ª D. Rosa Emilia Roriz de Azevedo e os srs. Manuel Cardoso de Albuquerque, Dr. João Beleza de Almeida Ferraz e D. Manuel de Vessadas Noronha e Távora.  
 No dia 20 a sr.ª D. Maria Tereza das Dores de Faria.  
 No dia 21 a sr.ª D. Maria Aldina Vieira Correia.  
 No dia 22 a sr.ª D. Adelaide de Jesus Coelho da Costa Martins Soares e os srs. Celestino Coelho de Souza Bastos, Manuel de Araújo Coutinho Júnior e o menino Fernando José Martins da Silva Correia.  
 No dia 23 a sr.ª D. Carlota Landolt de Souza Vaz e sr.ª D. Alexandrina Laura de Faria.  
 No dia 26 o sr. Padre Manuel Vila-Chã Esteves.

**Fazem anos:**  
 Hoje o sr. Dr. Augusto Casimiro Alves Monteiro.  
 Amanhã o sr. Adelino Alves Pereira.  
 Hoje a sr.ª D. Alda Barbosa Mesquita Pires Lavado.  
 Amanhã a sr.ª D. Maria Etelvina

Coelho Gonçalves Moutinho e o sr. Antero José Barreto de Faria.

Dia 1 de Março a sr.ª D. Maria Augusta de Oliveira Pinto e os srs. Simplicio da Conceição Landolt de Souza e Manuel José Moreira da Quinta.  
 Dia 4 o sr. João Ferreira Lemos  
 Dia 5 o sr. Artur Cândido Roriz Pereira.

**DA CAPITAL**  
 Regressaram já os nossos amigos srs. Manuel Augusto Vieira e João Duarte Veloso, fazendo-se este acompanhar de sua ex.ª esposa e filha.

**CEVADA PURA**  
 KILO 2\$00  
**N' A BRASILEIRA**  
 A casa que melhores chás e cafés vende.

**BLOCO BARCELOS, L. DA**  
 BARCELOS (FABRICA DA GRANJA) TELE (FONE 27—BARCELOS 4775—PORTO)  
**EMPRESA DE CONSTRUÇÕES**  
 ESPECIALISADA EM  
**CASAS ECONOMICAS**  
 Fornecimento de vigamentos, **Fabrica de Serração** soalhos, esquadrias,  
 Materiais de construções, etc.  
**MADEIRAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS**  
 — MOVEIS E DECORAÇÕES —

NOTAS DE LISBOA

Continuado da 1.ª página

!E ainda há quem não sinta á volta de si estes e outros estímulos reais á sua vibração de fé no Estado Novo, *endechando* miseros e lastimosos, como almas penadas!  
 Valha-nos Deus!...

Acabo de ler uma das teses que foram aprovadas no Congresso Nacional de Turismo, cuja importância salta aos olhos do leigo, pelas vantagens práticas que oferece, no fomento do turismo, se um dia fór realidade. Refiro-me á tese da «Imperiosa Necessidade de Assistência em Estrada ao Automobilismo e Turismo em Portugal», apresentada naquele congresso por dois homens de iniciativa: o sr. Fernando Santos e o sr. João Perfeito de Magalhães.

A assistência ao automobilismo nas estradas consiste em espalhar pelo país fora estações, devidamente apetrechadas para acudir aos desastres e desarranjos de automóveis; para servir de repousos aos viajantes, fornecer-lhes refeições, indicações turísticas, etc. Não podemos, netas *Notas*, descrever, em toda a sua extensão, a valiosa tese a que nos referimos; mas, quem tenha viajado de automóvel pelo País, tirará facilmente, das poucas palavras que escrevi, as vantagens sobremodo importantes que resultarão da sua inteligente aplicação. Lembrar-se a gente, por exemplo, do que sucedeu ao pobre Leonardo Coimbra, que esteve duas longas horas sem socorros, por não haver quem lhes chegasse, logo depois do desastre,—torna intuitivo a todos o valor prático desta iniciativa nova em Portugal. E todas as iniciativas do Estado ou dos particulares, que engrandecem o País aos nossos olhos e aos do estrangeiro,—são dignas de louvor e desta hora de renovação nacional.

Lloyd George discursou, há dias, na Câmara dos Comuns, de Londres, a respeito das causas que ameaçam a paz da Europa.

Talvez por estar azedado com a derrota que os conservadores ingleses lhe infligiram, quis beliscar o Governo da sua pátria e atrair manhosamente as simpatias de Berlim e de Roma. Para o efeito calculado, falou de mandatos coloniais e misturou alhos com bugalhos, dizendo que a Bélgica, a Holanda e Portugal eram pequeninos demais, territorialmente, para as colónias que possuem. Alto lá com a manha!... Nada de confusões habilidosas, pelo menos, quanto a Portugal. *Mandatos coloniais* são uma coisa; *direitos históricos* outra; e Portugal não mendigou colónias a Genebra, nem as mendiga, mas tem-nas por direito histórico consagrado de séculos, do que a Inglaterra e o sr. Lloyd George se não podem gabar.

Estes senhores da política liberal são duma liberalidade *em casa alheia*, que todo o cuidado é pouco com as snas expansões de misericórdia e paz...

A. da F.



# DO CONCELHO

## Vila Cova, 25

Com sua esposa a sr.ª Cândida Santiago, natural de Oviedo, chegou de Espanha o sr. Armindo Marques da Costa.

—A sr.ª Maria de Sá (Semeadela) passa mal com uma infecção numa perna.

—A sr.ª Maria Tereza de Souza deu uma queda, tendo de recolher, por isso, ao leito.

—Depois de ter dado à luz um filho, veio de Coimbra a sr.ª Delfina, esposa do sr. Manuel Fernandes Boucinhas. O seu estado é melindroso.

—Foram batizados: Maria Tereza, filha do sr. Manuel Simões de Azevedo e Emília, filha do sr. João da Silva Ribeiro.

—O sr. Dr. Manuel Novais fez público que aceitaria *avindos*, nesta freguesia (o que era desejado por várias pessoas) vindo ordinariamente dar consulta aqui, em três dias por semana. Este antigo processo é uma modalidade de corporativismo: todos concorrem com a sua quota, em cereal quasi sempre, para que depois, durante o ano, tenha os socorros médicos quem adoecer.

—Consta nos que outro médico, residente em Fão, se oferece tambem para exercer clinica nesta freguesia e nas referidas condições.

Este meio—Vila Cova e freguesias circunvisinhas, em nosso juizo, devem dar bem clinica para um médico. Darão bem para dois?

Se não derem, isto que á primeira vista parece um *bem*, tornar-se-ia para

## Areias S. Vicente, 27

Hontem teve logar na nossa Igreja a cerimonia da Benção das Cinzas vendendo-se a igreja repleta de fieis para receberem a imposição dos mesmos.

—No proximo domingo, 1 de Março, principiará na nossa Igreja o mez de S. José. A semana é ás 6 horas. Aos domingos e dias Santos ás 3 horas da tarde. Em todos os domingos da quaresma ha na nossa Igreja a devoção da Via-Sacra a seguir ao terço do Rosario.

—Foi baptizada no passado sabbado, 22 do corrente, uma creança do sexo feminino a quem foi posto o nome de Ana, filha de Domingos Torres de Faria e Esperança Gonçalves.

Aniversários natalicios:—Amanhã, Armando Cardoso, Julia Fernandes de Sousa e Laurinda Fernandes do Vale; em 3 de Março, Maria Amelia do Vale Torres; em 4, Idalina Julia da Costa e Olívia de Sousa Picas; em 5, Engracia Lopes.—C.

nós praticamente um *mal*; porque, evidentemente, sem receber o suficiente, nenhum sr. médico estará para nos servir. Oxalá! se reuna numero suficiente de *avindos*, a fim de que a assistencia médica se torne assim mais facil a todos os que possuem alguma coisa.

—Os larápios entraram na casa do sr. José Domingues de Oliveira, levando-lhe umas rasas de milho, três presuntos e uns trinta salpicões.—C.

## ASSINANTES DO CONCELHO

A todos os assinantes onde ainda não temos pessoa encarregada de fazer a cobrança, pedimos o especial favor de virem pagar as suas assinaturas á tipografia do nosso jornal, em frente ao Correio Geral.

## Não tenha dúvidas

No *Restaurante Parreirinha*, de que hoje é proprietária a «Boneca», passa-se bem o tempo. Foi tudo melhorado: bons aperitivos para se poder apreciar o belo verdasco regional: bom bacalhau inglês, carne para bifés, peixe, etc., etc.

—Tambem ás segundas-feiras, das 16 horas em diante, há o saboroso RANCHO. (sem ser o das tricanas)—o melhor confeccionado nesta cidade.

## Agradecimento

A família de Maria Gomes de Faria, que foi da Casa da Fonte, vem, por este meio e na impossibilidade de o fazer pessoalmente, agradecer a todas as pessoas que, por ocasião do seu falecimento apresentaram os seus préstimos e no seu funeral se incorporaram, bem como a todas as pessoas que assistiram á missa do 7.º dia.

Remelhe, 26 de Fevereiro de 1936.

A FAMÍLIA

**Advogado**  
António Pedrosa Pires de Lima  
Campo 5 de Outubro  
Consultas das 4 ás 6

**FURTADO MARTINS**  
Advogado  
Largo Joés Novais, 15

**OFICINA DE MARCENARIA**  
Encarrega-se de qualquer trabalho de marcenaria, com perfeição e por preços módicos. Manuel Maria Braga de Azevedo, em Roriz—Barcelos.

**José Perestrelo**  
Largo José Novais - BARCELOS  
Automoveis de aluguer  
Oleos e gasolinas

S. R.

Ministério da Agricultura

Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

## AVISO

A Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, previne os viticultores de que até ao dia 29 do corrente devem declarar na respectiva Delegação Concelhia a quantidade de vinho da colheita do ano de 1934 que ainda possuam para venda, para o que devem fazer-se acompanhar do respectivo manifesto.

Mais se avisa que todos os viticultores que já não tenham vinho da referida colheita, em adega, mas que o manifesto acuse existência, devem, dentro do mesmo prazo, comparecer nas citadas Delegações para legalisar os respectivos manifestos.

Findo aquele prazo, serão autuados pela fiscalização, todos os contraventores da lei.

Pôrto, 13 de Fevereiro de 1936.

Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

O Presidente,

(a) Manuel de Espregueira e Oliveira

Procurador Corrêa

Largo José Novais n.º 8

## AS BOLACHAS

“Villares”

são Bolachas

porque são

“Villares”

A' venda em toda a parte

VISITEM O GRANDE E LUXUOSO

Salão de Chá

DA

Confeitaria “VILLARES”

RUA FORMOSA—PORTO

## EDITAL

Miguel Gomes de Miranda, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Barcelos, servindo de Administrador:

Para conhecimento dos interessados e dando cumprimento ao disposto no art.º n.º 8 do decreto n.º 8.364 de 25 de Agosto de 1922, faço saber que a esta secretaria baixou o edital da 1.ª Circunscrição Industrial do teor seguinte:

## EDITAL

Augusto Fernandes, Engenheiro Chefe da 1.ª Circunscrição Industrial

FAZ SABER QUE:—Manoel Joaquim Fernandes requereu licença para instalar um forno de padaria, incluído na 3.ª classe, com os inconvenientes de fumo e perigo de incêndio, no lugar de S. Bento, freguesia de Balugães, concelho de Barcelos, distrito de Braga, confrontando ao norte e nascente com Estrada Nacional, sul com terreno de Fernando Pereira Grilo e poente com caminho público.

Nos termos do Regulamento das indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas e dentro do prazo de 30 dias, contados da data da publicação d'este edital, podem todas as pessoas interessadas apresentar reclamações, por escrito, contra a concessão da licença requerida e examinar o respectivo processo nesta Repartição, com séde no Pôrto, rua Sá da Bandeira n.º 142-2.ª. Pôrto e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial, em 21 de Fevereiro de 1936.

O Eng. Chefe,  
Augusto Fernandes

E' quanto se contém no referido edital.

Barcelos e Secretaria da Câmara Municipal, 26 de Fevereiro de 1936.

E eu, António Pedrosa Pires de Lima, Chefe da Secretaria o escrevi.

Miguel Gomes de Miranda

“NOTICIAS DE BARCELOS,”  
ASSINATURAS  
(PAGAMENTO ADEANTADO)

Ano	Preço
Barcelos .. .. .	12\$00
Continente .. .. .	14\$00
Colónias Portuguezas .. .. .	25\$00
Paizes Estrangeiros .. .. .	30\$00
Espanha .. .. .	20\$00

Dirigir todos os pedidos de assinatura e anuncios á Administração do «Noticias de Barcelos» ou á Tipografia deste jornal.



## Celeiro do trigo

No pretérito domingo, fomos visitar o futuro celeiro do trigo e, francamente, o que vimos, se de princípio nos entristeceu por fim revoltou-nos.

A primeira deficiência que salta logo á vista, e esta pequena deficiência diz bem a pouca roção dos fins da obra por parte de quem a fez, é que o acesso da estrada para o celeiro, é feito por uma passagem em frente á porta quando, para maior facilidade do serviço, deviam ser duas—uma para entrada dos carros e outra para saída.

Depois, nota-se também que, da maneira como foi feita a entrada, não se pode carregar o trigo em tempo chuvoso.

Mas afinal, estes inconvenientes, ainda não são os piores. O grande mal, é que as paredes deixam entrar humidade e até o próprio chão, quando fizemos a visita, se encontrava molhado.

Em tais circunstâncias, como se poderá guardar o trigo?

A delegação de Barcelos da F. N. P. T. comunicou já á Federação que não transferia o trigo que tem na sua posse para o novo celeiro. E fez bem porque assumiria uma responsabilidade tremenda. O que está, não está bem e, em vista disso, há a necessidade de se lhe não tocar para se poderem pedir contas a quem de direito. Para elucidar os nossos leitores do critério que presidiu á construção do celeiro, basta dizer que, o cimento, empregado nas valêtas que o circundam para escoar a água saída do telhado, é em tal percentagem que numas partes desfaz-se e noutras desapareceu completamente.

A simples água caída das telhas foi o suficiente para pôr a descoberto a calçada sob que assentava o cimento!

Sabemos que o Sindicato Agrícola e outras entidades locais vão fazer uma representação aos Poderes Públicos, expondo as circunstâncias em que se encontrá o celeiro e pedindo enérgicas providências.

Pela nossa parte, apoiamos incondicionalmente a atitude dessas entidades a bem dos lavradores.

Para se evitarem inconvenientes como este, é preciso terminar, duma vez para sempre, com os intrusos e exploradores que aparecem nos concursos.

Para extinguir os primeiros, o melhor remédio, e bem eficaz, é obrigá-los a apresentar a obra como foi contratada; para os segundos, é inclui-los nas mesmas sanções a que estão sujeitos os falsificadores de géneros alimentícios porque o crime é igual.

No caso em foco, não sabemos se devemos considerar o construtor do celeiro como incompetente ou explorador. O que sabemos é que a obra está deplorável e não se pôde, de modo algum dar por concluída.

Devem-se pois, pedir enérgicas providências para obrigar o construtor a apresentar a obra em condições. E, na nossa opinião, o primeiro a quem se deviam exigir as responsabilidades, desse estado de coisas, era ao fiscal da obra.

—Certamente, ainda teremos de voltar ao mesmo assunto o que faremos com grande prazer.

## ACIDENTES DE TRABALHO

A importante proposta de lei sobre Accidentes de Trabalho, que estava em discussão na A. N., foi aprovada com algumas emendas.

## Assembleia Nacional

A Assembleia Nacional, encerrou no ultimo sábado, o seu 2.º periodo.

No Estoril, quinta-feira, os deputados e procuradores reuniram-se num banquete.

## DUAS DOCTRINAS

Pela presidencia do conselho foi apresentada á Assembleia Nacional, numa das suas primeiras sessões deste ano legislativo, uma proposta de lei que modifica estruturalmente a matéria relativa a accidentes de trabalho.

E' precedida de um relatório verdadeiramente notável em que se encontram justificadas, com elevação e clareza, as regras que se pretende adoptar.

Trata-se de soluções novas que convém examinar e anotar com a devida atenção.

Avulta em importância doutrinal e alcance prático a rejeição da teoria do *risco profissional* que serviu de base á lei anterior reguladora do assunto—a lei número 83 de 24 de Julho de 1913 que foi o fundamento de todos os textos em vigor sobre desastres no trabalho.

E o repúdio dessa teoria representa um grande acto de coragem intelectual e uma aguda noção das realidades.

Quasi por toda a parte, ainda hoje domina as legislações operárias a idéa do *risco profissional* como justificação da responsabilidade dos patrões em matéria de accidentes de trabalho.

Mas tem cincoenta anos a teoria, cinco anos contados desde o dia em que a legislação social alemã a perfilhou em 1884.

Modificou-se profundamente o condicionalismo económico e alterou-se o equilibrio social em muitos dos seus aspectos, de tal sorte que o que ontem se assemblava excelente já não parece hoje acomodado aos factos.

Derivou a noção do *risco profissional* do exame das condições da actividade industrial nas grandes fábricas onde reina autocraticamente a máquina. A idéa de máquina passou a incluir a idéa de um perigo permanente e a justificar a imputação da responsabilidade nos accidentes de trabalho á empresa patronal.

E o completo abandono da noção clássica da responsabilidade profissional baseada no conceito de culpa

muito bem se explicava, assim, quando se tratava de desastres num circulo restrito de actividades fabris perigosas.

Mas com o correr do tempo foi-se alargando a protecção do trabalhador, passando a abranger indistintamente todas as formas da actividade remunerada por conta de outrem. Da industria transitou-se para a agricultura e para os trabalhos manuais.

Nunca esfera tão ampla é impossível assentar a doutrina de responsabilidade no risco profissional, pois que largo número de actividades não comportam perigos especiais.

Perece preferível edifica-la sobre o conceito da autoridade do patrão que determina o trabalho, fixa o seu horário, designa o local em que ele é prestado, escolhe o material e superintende na direcção dos serviços.

Mas a prática de uma experiência cheia de decepções provou que da realização integral do principio rigido da responsabilidade patronal muitas vezes só resultavam prejuizos, arruinando-se com indemnizações incomportáveis modestas economias criadoras de trabalho sem que, com esse sacrificio, se conseguisse indemnizar efectivamente as vítimas dos accidentes, as mais das vezes imputáveis á pura fatalidade.

Semelhantes situações não se justificam nem mesmo se explicam sempre que se trata de entidades que utilizam ocasionalmente trabalhadores fora do campo da sua actividade lucrativa.

Estas considerações levaram ao abandono a teoria do *risco profissional* e á adopção de uma doutrina que se pode chamar do *risco do trabalho*, a qual parece infinitamente mais adequada aos factos e ás suas exigências imperativas, responsabilizando-se apenas o patrão pelos accidentes ocorridos no trabalho por ele ordenado e dirigido ou fiscalizado, com intuito lucrativo.

Passa a construir-se mais modestamente mas com outra solidez a protecção aos trabalhadores.

## FALECIMENTOS

## Marquês de Gerona

Em Albacete, Espanha, onde era Delegado Provincial de Fazenda, com a idade de 66 anos faleceu, após longo e doloroso sofrimento o Ex.º Sr. Marquês de Gerona, D. Eugénio Sellés Rivas Alvarez de Castro, irmão das Ex.ªs Srs.ªs D. Elisa Sellés Paes de Vilas-boas e D. Eulália Sellés de Sande e Castro, esposas respectivamente do nosso estimado colaborador sr. dr. Joaquim Paes de Vilas-boas, illustre presidente da Comissão de Iniciação e Turismo e do nosso amigo sr. engenheiro António Paes de Sande e Castro.

O falecido titular que deixa viuva a Ex.ª Sr.ª Marqueza D. Aurora Mihure de Sellés, esteve em Barcelos por várias vezes, cultivando aqui relações de amizade.

A toda a familia dorida, em especial a seus cunhados, apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

## Padre Manuel Joaquim de Queiroz

Na passada sexta-feira faleceu inesperadamente em Aldreu o Sr. Padre Manuel Joaquim de Queiroz, irmão dos nossos amigos srs. Dr. Aurélio Augusto de Queiroz, médico municipal, de Barcelinhos e António Caetano Carvalho de Queiroz, farmacêutico, de Aldreu e tio do distinto académico da Universidade do Porto sr. Mário Augusto Viana de Queiroz.

A toda a familia enlutada os nossos cumprimentos de pêsames.

## TEMPORAIS

Ainda continuaram, na pretérita semana, os temporais que têm causado avultados prejuizos, principalmente no Sul.

Vários concelhos do Ribatejo foram visitados por S. Ex.ª os srs. ministros do Interior e Comércio que, no regresso a Lisboa se avistaram com o illustre Presidente do Conselho.

Pelo Govêrno, foram já tomadas urgentes providências que asseguram pão e abrigo aos desempregados e trabalhadores rurais.

## CARNAVAL

Este ano, o Carnaval, decorreu pouco animado. O domingo gordo, embora o dia estivesse chuvoso, passou desaperecebido.

Na terça-feira, apareceu nas ruas muita gente e alguns mascarados mas, com respeito a jôgo pode-se dizer que não houve nada.

Na Assembleia Barcelense efectuaram-se reuniões familiares no sábado á noite e terça-feira de tarde que decorreram com animação mas sem o menor carácter carnavalesco. No Gil Vicente, a assistência ás sessões de domingo e terça foi grande, mas não se jogou, em nenhum dos dias, uma única serpentina.

## Pistola FN

Perdeu-se, ha aproximadamente um mês, desde a ponte de Casal-de-Nil até á Praça do Mercado, desta cidade. Gratifica-se a quem a achou e entregar nesta Redacção; e procede-se a todo o tempo contra quem a detiver.

ESTE QUADRO É  
DESTINADO AOS  
NOMES DOS  
CALOTEIROS  
DESTE JORNAL.

## Sermões quaresmais

No próximo domingo, principiarão os sermões quaresmais, no templo do Bom Jesus da Cruz.

Será conferente, o conhecido orador sagrado P.º Marcelino da Conceição, da cidade do Porto.

## Farmácias de serviço

No próximo domingo e durante a semana estão de serviço permanente as farmácias de Silva Ferraz á rua Bom Jesus da Cruz e José Alves de Faria em Barcelinhos.